

356 - EMPREENDEDORISMO: DO ENSINO BÁSICO AO ENSINO SUPERIOR

Vitor Gonçalves

Departamento de Tecnologia Educativa e Gestão da Informação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, vg@ipb.pt

A Sociedade da Informação exige cada vez mais indivíduos com capacidade e espírito empreendedor. Embora seja visto como uma resposta ao problema do desemprego através da promoção do auto-emprego, o empreendedorismo deve assumir uma semântica mais abrangente. Não basta correr o risco e criar empresas, é necessário procurar fazê-lo com responsabilidade, competência e excelência. Mas, essa atitude empreendedora não é apenas apanágio dos gestores ou empresários, terá de ser também uma necessidade dos trabalhadores e dos cidadãos em geral.

Em conformidade com a Estratégia de Lisboa, a Europa deverá privilegiar o conhecimento e a inovação. A promoção de uma cultura mais empreendedora, a desenvolver nos jovens desde o ensino escolar, constitui uma parte significativa deste esforço. Estará a Escola, nos seus diversos níveis de ensino, ciente desta realidade? Favorecerão os currículos actuais a aquisição de competências no âmbito do empreendedorismo? Estarão os professores conscientes destes novos desafios?

Sem pretender dar respostas concludentes, estas são algumas das questões que serão abordadas neste artigo, para além de referir e discutir alguns dos projectos, medidas, incentivos e políticas mais relevantes no âmbito da promoção da inovação e do fomento ao empreendedorismo, quer a nível nacional, quer a nível europeu. Neste sentido, será atribuído especial destaque à promoção do empreendedorismo na Escola.

Mesa 5: Avaliação Educacional – Avaliação Das Organizações Educativas

Dia: 01/05

Horas: 15h00

Sala: ESTG - 125

Moderador: Maria Cristina Rocha Coimbra

210 - AVALIAÇÃO DE ESCOLAS: DIÁLOGO ENTRE A ENTRE PRESTAÇÃO DE CONTAS E AUTONOMIA IMPLICADA

Anabela Sousa,

FPCE - UP, Investigadora CIIE, Porto, sousanabela@gmail.com

Manuela Terrasêca

FPCE-UP, Investigadora CIIE, Porto, terraseca@fpce.up.pt

A reconfiguração do papel do Estado na administração da educação inscrita numa tensão, cada vez mais acentuada, entre lógicas de regulação e lógicas de emancipação, criou a exigência de desenvolver dispositivos de avaliação das escolas. Uma concepção de Estado-Avaliador está patente na promoção de competição entre escolas e através da avaliação externa, respondendo a pressões sociais e, por outro lado, a aposta nova na autonomia.

À escola está confiada “uma missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar-se activamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País” (Dec.-Lei n.º 75/2008). É pela prestação deste serviço que a Escola tem de prestar contas à sociedade, num momento de mudança na forma em como é concebida e, num contexto de crescente e reconfigurada autonomia, em que é colocada ênfase na sua auto-regulação.

Nas últimas décadas diversos programas/iniciativas procuraram incentivar e desenvolver uma cultura de avaliação nas escolas. A Lei n.º 31/2002 impôs às escolas a prestação de contas à comunidade educativa; as actividades desenvolvidas nos últimos anos pela Inspeção-Geral da Educação, como a Efectividade da Auto-Avaliação das Escolas, o Projecto-piloto Avaliação Externa e Avaliação Externa das Escolas, e as condições exigidas para a celebração de contratos de autonomia evidenciam a necessidade de adopção de dispositivos e práticas de avaliação quer